

INÁCIO MAGALHÃES FILHO

*Prefácio*

J. U. Jacoby Fernandes

# LIÇÕES DE DIREITO PREVIDENCIÁRIO E ADMINISTRATIVO NO SERVIÇO PÚBLICO

4ª edição revista, ampliada e atualizada com a EC nº 103/2019

Belo Horizonte

**FORUM**

ONLINE GABINETE JURÍDICO

2023

© 2010 Editora Fórum Ltda.  
2014 2ª edição revista, ampliada e atualizada  
2020 3ª edição revista, ampliada e atualizada  
2023 4ª edição revista, ampliada e atualizada

É proibida a reprodução total ou parcial desta obra, por qualquer meio eletrônico, inclusive por processos xerográficos, sem autorização expressa do Editor.

### Conselho Editorial

Adilson Abreu Dallari	Floriane de Azevedo Marques Neto
Alécia Paolucci Nogueira Bicalho	Gustavo Justino de Oliveira
Alexandre Coutinho Pagliarini	Inês Virgínia Prado Soares
André Ramos Tavares	Jorge Ulisses Jacoby Fernandes
Carlos Ayres Britto	Juarez Freitas
Carlos Mário da Silva Velloso	Luciano Ferraz
Cármem Lúcia Antunes Rocha	Lúcio Delfino
Cesar Augusto Guimarães Pereira	Marcia Carla Pereira Ribeiro
Clovis Beznos	Márcio Cammarosano
Cristiana Fortini	Marcos Ehrhardt Jr.
Dinorá Adelaide Musetti Grotti	Maria Sylvia Zanella Di Pietro
Diogo de Figueiredo Moreira Neto ( <i>in memoriam</i> )	Ney José de Freitas
Egon Bockmann Moreira	Oswaldo Othon de Pontes Saraiva Filho
Emerson Gabardo	Paulo Modesto
Fabrizio Motta	Romeu Felipe Bacellar Filho
Fernando Rossi	Sérgio Guerra
Flávio Henrique Unes Pereira	Walber de Moura Agra

**FÓRUM**  
CONHECIMENTO JURÍDICO

Luís Cláudio Rodrigues Ferreira  
Presidente e Editor

Coordenação editorial: Leonardo Eustáquio Siqueira Araújo  
Aline Sobreira de Oliveira

Rua Paulo Ribeiro Bastos, 211 – Jardim Atlântico – CEP 31710-430  
Belo Horizonte – Minas Gerais – Tel.: (31) 99412.0131  
www.editoraforum.com.br – editoraforum@editoraforum.com.br

Técnica. Empenho. Zelo. Esses foram alguns dos cuidados aplicados na edição desta obra. No entanto, podem ocorrer erros de impressão, digitação ou mesmo restar alguma dúvida conceitual. Caso se constate algo assim, solicitamos a gentileza de nos comunicar através do e-mail [editorial@editoraforum.com.br](mailto:editorial@editoraforum.com.br) para que possamos esclarecer, no que couber. A sua contribuição é muito importante para mantermos a excelência editorial. A Editora Fórum agradece a sua contribuição.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com a AACR2

M1881	Magalhães Filho, Inácio Lições de direito previdenciário e administrativo no serviço público / Inácio Magalhães Filho. 4. ed. rev., ampl. e atual. - Belo Horizonte : Fórum, 2023. 536p. ISBN 978-65-5518-472-3
	1. Direito Previdenciário. 2. Direito Administrativo. 3. Direito Constitucional. I. Título.
	CDD: 341.362 CDU: 342.98

Elaborado por Daniela Lopes Duarte – CRB-6/3500

Informação bibliográfica deste livro, conforme a NBR 6023:2018 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT):

MAGALHÃES FILHO, Inácio. *Lições de direito previdenciário e administrativo no serviço público*. 4. ed. Belo Horizonte: Fórum, 2023. 536p. ISBN 978-65-5518-472-3.

## SUMÁRIO

---

### PREFÁCIO

<b>Jorge Ulisses Jacoby Fernandes</b> .....	17
---	----

APRESENTAÇÃO.....	19
-------------------	----

### CAPÍTULO 1

ASPECTOS CONCEITUAIS DA SEGURIDADE SOCIAL .....	21
---	----

1.1 Origem epistemológica .....	21
---------------------------------	----

1.2 Evolução histórica da seguridade social .....	21
---	----

1.3 Evolução principiológica da seguridade social.....	25
--	----

1.4 Seguridade social no Brasil .....	30
---------------------------------------	----

1.4.1 Síntese histórica.....	31
------------------------------	----

1.4.2 Modelo constitucional da seguridade social brasileira a partir da CF/1988 .....	34
---	----

### CAPÍTULO 2

PREVIDÊNCIA SOCIAL.....	39
-------------------------	----

2.1 Conceito básico .....	39
---------------------------	----

2.2 Regimes de previdência social.....	40
--	----

2.3 Regime Próprio de Previdência Social.....	50
---	----

### CAPÍTULO 3

CONCEITOS BÁSICOS DO ESTATUTO JURÍDICO DOS SERVIDORES PÚBLICOS FEDERAIS .....	57
--	----

3.1 Agentes públicos.....	57
---------------------------	----

3.2 Servidores públicos .....	60
-------------------------------	----

3.3 Concurso público.....	62
---------------------------	----

3.4 Cargo público .....	69
-------------------------	----

3.5 Servidor titular de cargo efetivo.....	70
--	----

3.6 Servidor em estágio probatório que exerce cargo comissionado .....	76
--	----

3.7 Sistema remuneratório.....	79
--------------------------------	----

3.7.1 Remuneração.....	79
------------------------	----

3.7.2 Vencimento .....	80
------------------------	----

3.7.3 Vencimentos .....	80
-------------------------	----

3.7.4 Remuneração do cargo efetivo .....	82
--	----

3.7.5 Subsídio.....	82
---------------------	----

3.7.6	Gratificação natalina – Integração à base de cálculo da média após a EC nº 103/2019.....	93
3.7.7	Vantagens pecuniárias .....	94
3.7.8	Indenizações .....	95
3.8	Competência legislativa .....	96

#### CAPÍTULO 4

	APOSENTADORIA NO SERVIÇO PÚBLICO.....	97
4.1	Caracterização do ato de aposentadoria do servidor público.....	97
4.2	A natureza jurídica da aposentadoria .....	101
4.3	Modalidades de aposentadoria .....	113

#### CAPÍTULO 5

	APOSENTADORIA POR INCAPACIDADE PERMANENTE PARA O TRABALHO...	117
5.1	Aposentadoria por incapacidade permanente decorrente de acidente de trabalho .....	120
5.2	Aposentadoria por incapacidade permanente decorrente de doença profissional .....	127
5.3	Aposentadoria por incapacidade permanente decorrente de doença do trabalho .....	128
5.4	Direito adquirido à aposentadoria por invalidez qualificada decorrente de doença grave, contagiosa ou incurável.....	128
5.5	Direito adquirido à aposentadoria por invalidez simples.....	130
5.6	Direito adquirido – Aposentadoria por invalidez × Emenda Constitucional nº 70/2012.....	130

#### CAPÍTULO 6

	APOSENTADORIA COMPULSÓRIA .....	133
6.1	Fundamentos da aposentação compulsória.....	133
6.2	Efeitos da aposentadoria compulsória .....	136

#### CAPÍTULO 7

	APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA ORDINÁRIA.....	143
7.1	Evolução normativa.....	143
7.2	A nova alteração da Emenda Constitucional nº 103/2019.....	154
7.3	Tempo na carreira e no cargo efetivo.....	156
7.4	Caracterização do tempo de serviço prestado a empresas estatais, como efetivo exercício no serviço público .....	166
7.4.1	Tempo de serviço público na Administração indireta para efeito de aposentadoria, em conformidade com a legislação anterior à EC nº 103/2019 .....	172

7.4.2	Tempo de serviço público na Administração indireta e o direito de opção pelas regras de transição previstas nas emendas constitucionais nºs 41/2003 e 47/2005.....	174
7.4.3	O conceito de serviço público nas regras estatuídas pela Emenda Constitucional nº 103/2019 .....	175
7.5	Tempo de contribuição do aposentado .....	180
7.6	Tempo de aluno-aprendiz .....	182
7.7	Abono de permanência – Evolução histórica .....	184
7.7.1	Abono de permanência de acordo com a Emenda Constitucional nº 103/2019 .....	188
7.7.2	Natureza jurídica do abono de permanência .....	189
7.8	Panorama histórico da aposentadoria de magistrados, ministros e conselheiros de Tribunais de Contas e membros do Ministério Público .....	208
7.8.1	Da vedação constante do §3º do art. 25 da EC nº 103/2019 e o tempo de OAB .....	211
7.8.2	Aposentadoria-sanção.....	214
7.8.3	Desaposentação, reapresentação e renúncia à aposentadoria.....	216

## CAPÍTULO 8

APOSENTADORIAS ESPECIAIS .....	219	
8.1	Retrospectiva .....	219
8.2	O novo ordenamento estabelecido pela EC nº 103/2019.....	221
8.3	Aposentadoria especial dos servidores com deficiência.....	222
8.4	Aposentadoria especial do policial civil. Apanhado histórico.....	228
8.4.1	Aposentadoria especial referente a atividades policiais e afins, segundo a EC nº 103/2019 .....	231
8.5	Aposentadoria especial dos servidores que exercem atividades com efetiva exposição a agentes químicos, físicos e biológicos prejudiciais à saúde .....	236
8.6	Aposentadoria do professor – Considerações gerais .....	245
8.6.1	Aposentadoria do professor, segundo a EC nº 103/2019 .....	253
8.7	Considerações finais sobre a aposentadoria especial.....	255

## CAPÍTULO 9

PENSÃO CIVIL .....	259	
9.1	Aspectos conceituais .....	259
9.2	Concessão de pensão civil, segundo a legislação em vigor antes da promulgação da EC nº 103/2019 .....	261
9.2.1	Pensão provisória por morte presumida do servidor .....	265
9.2.2	Perda da qualidade de beneficiário.....	266
9.2.3	Acumulação de pensões .....	267
9.2.4	Renúncia expressa ao benefício pensional .....	267
9.2.5	Causas de perda de qualidade de beneficiário introduzidas pela Lei nº 13.135/2015 .....	268

9.2.6	Demais considerações acerca da pensão, segundo a legislação anterior.....	270
9.2.7	Regra para a concessão de pensão, segundo a EC nº 41/2003 e a EC nº 47/2005.....	270
9.3	Regras para a concessão de pensão introduzidas pela EC nº 103/2019 .....	272
9.3.1	Acumulação de pensão, segundo as regras da EC nº 103/2019 .....	277
9.3.2	Condições gerais para a concessão da pensão, de acordo com a EC nº 103/2019.....	279
9.3.2.1	Cessação do direito ao benefício.....	281
9.3.2.2	Cessação do direito por morte presumida.....	281
9.4	Casos especiais de concessão de pensão por morte.....	282
9.4.1	Companheira × concubina .....	282
9.4.2	Pensão homoafetiva.....	287
9.4.3	Ex-companheira com dependência econômica/pensionista alimentícia/ pensionista separada de fato.....	288
9.4.4	Enteado.....	290
9.4.5	Menor sob guarda ou tutela provisória.....	290
9.4.6	Invalidez de beneficiário adquirida após o óbito do instituidor .....	291
9.4.7	Dupla dependência econômica.....	292
9.4.8	Possibilidade de benefício pensional com valor inferior ao salário mínimo .....	294
9.4.9	A pensão por morte do servidor que exerce atividades policiais e afins .....	295

## CAPÍTULO 10

OUTROS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS.....	297
10.1 Salário-família .....	297
10.2 Auxílio-reclusão .....	298
10.3 Conflitos interpretativos na aplicação dos benefícios no âmbito dos regimes próprios de previdência.....	299

## CAPÍTULO 11

PARIDADE E REAJUSTE DOS BENEFÍCIOS .....	305
11.1 Reajuste do redutor da pensão .....	309
11.2 Paridade das pensões decorrentes de revisão de proventos com base no art. 190 da Lei nº 8.112/1990 .....	311
11.3 Paridade das pensões de instituidores aposentados antes da EC nº 41/2003, porém falecidos após seu advento .....	313
11.4 Paridade e reajuste das pensões após o advento da EC nº 103/2019.....	313

## CAPÍTULO 12

ACUMULAÇÃO DE CARGOS PÚBLICOS, DE PROVENTOS COM PROVENTOS, DE PROVENTOS COM VENCIMENTOS.....	315
--	-----

## CAPÍTULO 13

LIMITE REMUNERATÓRIO DO SERVIDOR PÚBLICO.....	339
13.1 Normas que tratam do teto remuneratório dos servidores públicos.....	341
13.1.1 Origem constitucional.....	341
13.1.2 Origem legal.....	342
13.1.3 Origem no Supremo Tribunal Federal.....	343
13.1.4 Origem no Conselho Nacional de Justiça.....	350
13.1.5 Origem no Conselho Nacional do Ministério Público.....	356
13.1.6 Origem no Tribunal de Contas da União.....	360
13.1.7 Origem em ações civis públicas.....	361
13.1.8 Origem no Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.....	361
13.2 Diversas parcelas remuneratórias e sua subsunção ou não ao limite constitucional.....	364
13.2.1 Vantagens pessoais.....	364
13.2.2 Cargo em comissão/função comissionada.....	365
13.2.3 Acumulação de cargos.....	365
13.2.4 Abono de permanência.....	368
13.2.5 Benefícios oriundos do Regime Geral de Previdência Social.....	369
13.2.6 Pensão especial.....	370
13.2.7 Benefícios de previdência complementar fechada.....	371
13.2.8 Hora extra.....	372
13.2.9 Adicionais de insalubridade, periculosidade e noturno.....	373
13.2.10 Hora-aula, gratificação por encargo de curso ou concurso.....	374
13.2.11 Benefícios de previdência complementar fechada oriundos de emprego público.....	374
13.2.12 Jeton por participação em órgão deliberativo.....	375
13.2.13 Benefício especial criado pela Lei nº 12.618/2012.....	375
13.2.14 Acumulação de jurisdição dos magistrados e membros do Ministério Público.....	378
13.2.15 Honorários advocatícios.....	378
13.2.16 Adicional de férias cuja remuneração base supera o limite remuneratório.....	379
13.2.17 Conversão em pecúnia de licença-prêmio não usufruída.....	380
13.2.18 O limite remuneratório em relação aos valores percebidos a título de pensão: o alcance em relação a benefícios do RGPS e os procedimentos que devem ser seguidos.....	380
13.3 Teto constitucional aplicável aos servidores dos Tribunais de Contas estaduais.....	382
13.4 Possíveis conclusões sobre o teto constitucional aplicável aos servidores públicos.....	383
13.5 Cálculo de pensões, cuja remuneração ou proventos do instituidor superam o limite remuneratório.....	384

## CAPÍTULO 14

FISCALIZAÇÃO DOS ATOS DE CONCESSÃO DE APOSENTADORIA E DE PENSÃO PELOS TRIBUNAIS DE CONTAS .....	387
14.1 O controle da legalidade dos atos concessórios de aposentadoria e de pensão	388
14.2 A função corretiva dos Tribunais de Contas .....	389
14.3 A decadência em processos dos Tribunais de Contas.....	391

## CAPÍTULO 15

CÁLCULOS HIPOTÉTICOS DE PROVENTOS .....	399
---	-----

### PRIMEIRA PARTE

#### CÁLCULOS ANTERIORES À EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 103/2019

15.1 Aposentadoria compulsória por implemento de idade, com proventos proporcionais ao tempo de contribuição.....	403
15.2 Aposentadoria por invalidez permanente decorrente de doença prevista em lei .....	404
15.3 Aposentadoria por invalidez permanente decorrente de moléstia não especificada em lei .....	405
15.4 Aposentadoria de policial federal pelas regras da Lei Complementar nº 51/1985.....	406
15.5 Aposentadoria com base no art. 8º da Emenda Constitucional nº 20/1998.....	411
15.6 Aposentadoria com base no art. 8º, §1º, da Emenda Constitucional nº 20/1998	413
15.7 Pensão. Redutor de 30%. Emenda Constitucional nº 41/2003 .....	415
15.8 Aposentadoria com base no art. 8º, §4º, da Emenda Constitucional nº 20/1998	416
15.9 Aposentadoria com base no art. 6º da Emenda Constitucional nº 41/2003.....	418
15.10 Aposentadoria. Direito adquirido. Aposentadoria compulsória.....	420
15.11 Aposentadoria com base no art. 3º da EC nº 47/2005 (Regra nº 95) .....	421
15.12 Revisão de proventos com base no art. 190 da Lei nº 8.112/1990.....	422
15.13 Aposentadoria voluntária (art. 2º Emenda Constitucional nº 41/2003) .....	425
15.14 Vantagens pessoais. Aumento de proporcionalidade. Direito adquirido .....	427
15.15 Aposentadoria de magistrados, membros do Ministério Público e ministros do Tribunal de Contas da União, de acordo com a regra de transição prevista no art. 8º, <i>caput</i> , §§2º e 3º da EC nº 20/1998 .....	431
15.16 Aposentadoria por idade e tempo de contribuição, de acordo com a regra prevista no art. 40, §1º, inc. III, “a”, da CF, com a redação da EC nº 41/2003 ....	433
15.17 Pensão instituída por servidor falecido entre 1º.1.2004 e 19.2.2004 (data da regulamentação da EC nº 41/2003).....	434
15.18 Pensão instituída por servidor falecido na atividade após 3.4.2019.....	436
15.19 Pensão instituída por servidor que ao falecer estava aposentado nos termos do art. 3º da Emenda Constitucional nº 47/2005 .....	438

15.20	Aposentadoria especial de professor.....	440
15.21	Aposentadoria voluntária com base no direito adquirido no período de 16.12.1998 a 31.12.2003. Implemento das condições de elegibilidade até 31.12.2003. Proventos integrais.....	441
15.22	Aposentadoria voluntária com base no direito adquirido no período de 16.12.1998 a 31.12.2003. Implemento das condições de elegibilidade até 31.12.2003. Proventos proporcionais.....	443
15.23	Aposentadoria com fundamento na Súmula nº 33 do Supremo Tribunal Federal.....	444
15.24	Pensão. Redutor de 30%. Emenda Constitucional nº 41/2003.....	446
15.25	Aposentadoria. Inclusão da gratificação natalina no cálculo dos proventos conforme a sistemática estabelecida no art. 1º da Lei nº 10.887/2004.....	449

## SEGUNDA PARTE

### CÁLCULOS REFERENTES À EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 103/2019

15.26	Aposentadoria com direito adquirido.....	453
15.27	Aposentadoria – Regra de transição do art. 4º, para servidor que ingressou no serviço público antes de 31.12.2003.....	454
15.28	Aposentadoria – Regra de transição do art. 4º, para servidor que ingressou no serviço público após 31.12.2003 e antes da EC nº 103/2019.....	455
15.29	Aposentadoria de professor – Regra de transição do art. 4º, para servidor que ingressou no serviço público antes de 31.12.2003.....	457
15.30	Aposentadoria de professor – Regra de transição do art. 4º, para servidor que ingressou no serviço público após 31.12.2003 e antes da EC nº 103/2019... ..	458
15.31	Aposentadoria do policial e equiparados – Regra geral de transição.....	460
15.32	Aposentadoria do policial – Regra de transição específica.....	461
15.33	Aposentadoria ordinária – Regra geral do art. 10 da EC nº 103/2019.....	463
15.34	Aposentadoria por incapacidade geral.....	465
15.35	Aposentadoria por incapacidade decorrente de acidente de trabalho, de doença profissional e de doença do trabalho.....	466
15.36	Aposentadoria – Regra de transição do art. 20, para servidores que ingressaram no serviço público até 31.12.2003 e antes da EC nº 103/2019.....	468
15.37	Aposentadoria – Regra de transição do art. 20, para servidores que ingressaram no serviço público após 31.12.2003 e antes da EC nº 103/2019.....	469
15.38	Aposentadoria compulsória – Regra geral do art. 10 da EC nº 103/2019.....	471
15.39	Aposentadoria especial – Regra de transição do art. 21 da EC nº 103/2019.....	472
15.40	Pensão civil – Art. 23 da EC nº 103/2019. Servidor aposentado.....	474
15.41	Pensão civil – Art. 23 da EC nº 103/2019. Servidor na ativa.....	474
15.42	Pensão civil – Art. 23 da EC nº 103/2019 – Dependente inválido ou com deficiência intelectual, mental ou grave.....	475

15.43	Acúmulo de pensão. Art. 24 da EC nº 103/2019 .....	477
15.44	Cálculo da integralidade em caso de jornada de trabalho diferenciada e vantagens remuneratórias variáveis de natureza permanente – §8º do art. 4º da EC nº 103/2019.....	480
REFERÊNCIAS.....		483
APÊNDICE.....		505
ÍNDICE REMISSIVO ALFABÉTICO .....		527